

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

SETOR LITORAL

CINTIA APARECIDA BATISTA

**A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE PIRAQUARA - PR:
AVANÇOS E DESAFIOS FRENTE À EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS**


MATINHOS

2012

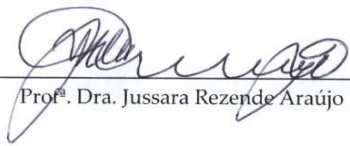
PARECER DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Os membros da Banca Examinadora designada pela Orientadora, Professora Especialista **MIRIAN CRISTINA LOPES**, realizaram em 20/12/2012 a avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da estudante **CINTIA APARECIDA BATISTA**, sob o título "*A Política de Assistência Social no Município de Piraquara-PR: Avanços e desafios frente à efetivação dos direitos sociais.*", para obtenção do Título de *Especialista em Questão Social pela Perspectiva Interdisciplinar* pela Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, tendo a estudante recebido conceito "AS".

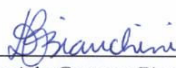
Matinhos, 20 de dezembro de 2012.




Prof. Esp. Mirian Cristina Lopes



Prof. Dra. Jussara Rezende Araújo



Esp. Daniela Caetano Bianchini de
Quadros



CINTIA APARECIDA BATISTA
Estudante

LEGENDA DE CONCEITOS	APL = Aprendizagem Plena	APS = Aprendizagem Parcialmente Suficiente
	AS = Aprendizagem Suficiente	AI = Aprendizagem Insuficiente

OBSERVAÇÃO:

CASO O(A) ESTUDANTE SEJA ORIENTADO(A) A REFORMULAR SEU TRABALHO, DEVE-SE REGISTRAR NO VERSO OS REQUISITOS APONTADOS PELA BANCA PARA O ACEITE FINAL DO TRABALHO.



CINTIA APARECIDA BATISTA

**A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE PIRAQUARA - PR:
AVANÇOS E DESAFIOS FRENTE À EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS**

Artigo apresentado ao Curso de Especialização em Questão Social pela Perspectiva Interdisciplinar, da Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral.

Orientadora: Prof.^a Mirian Cristina Lopes

MATINHOS

2012

BATISTA, Cintia Aparecida. **A política de assistência social no município de Piraquara - PR: Avanços e desafios frente à efetivação dos direitos sociais.** 2012. 24f. Artigo (Especialização em Questão Social pela Perspectiva Interdisciplinar) – Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, Matinhos. 2012.

RESUMO

A política de assistência social está em um processo de construção e reconceituação desde 2004, através da resolução 145 de outubro de 2004 que direcionada a Política Nacional de Assistência Social.

Nesse trabalho apresento a prática profissional, do assistente social e demais trabalhadores do SUAS vivenciada no município de Piraquara - PR em um momento pontual, em que houve uma desarticulação do trabalho da Política de Assistência Social e outras políticas públicas que já estavam efetivadas e que por questões políticas foram interrompidos. Fator que veio dificultar o acesso dos usuários dessas políticas aos seus direitos sociais. O trabalho apresenta os desafios que os profissionais dessa política enfrentam para que os direitos sociais sejam garantidos de forma continuada. O embasamento teórico está pautado nas legislações da política de assistência social e correlacionada com o pensamento de autores renomados das políticas públicas como Lamamoto (1992), Guedes (2004) que trazem os seus conceitos quanto aos desafios enfrentados para efetivação desses direitos. Estar inserida nesse contexto como profissional do SUAS, oportunizou o desafio de descrever as dificuldades vivenciadas no cotidiano profissional, que reflete diretamente nos cidadãos que buscam os serviços públicos.

Palavras-Chave: Política de Assistência Social. Direitos sociais. Trabalhadores Sociais.

BATISTA, Cintia Aparecida. **The social assistance policy in the municipality of Piraquara - PR: Advances and challenges facing the realization of social rights.** 2012. 24f. Article (Specialization in Social Issues by Interdisciplinary Perspective) - Federal University of Paraná - Coastal Sector, Matinhos. 2012.

ABSTRACT

The social assistance policy is a process of conceptualization and construction since 2004, through Resolution 145 of October 2004 that directed the National Social Assistance. In this work I present the professional practice of social workers and other workers lived in the city of ITS Piraquara - PR in a timely moment, when there was a job of dismantling Social Assistance Policy and other policies that were already in effect and that political issues were interrupted. Factor that came hinder the access of users of these policies to their social rights. The paper presents the challenges that professionals face in this policy that social rights are guaranteed continuously. The theoretical foundation is based in the laws of social assistance policy and correlated with the thought of renowned authors of public policies as lamamoto (1992), Guedes (2004) who bring their concepts on the challenges faced in realization of these rights. Be inserted in this context as Professional ITS, oportunizou the challenge of describing the difficulties experienced in daily work, which reflects directly on citizens seeking public services.

Keywords: Social Assistance Policy. Social rights. Social Workers.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	05
1. POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	08
2. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PIRAQUARA...	12
2.1 Os desafios no cotidiano profissional, a experiência no espaço Piraquara Solidária.....	12
3. QUESTÃO SOCIAL E OS TRABALHADORES DO SUAS.....	17
3.1 Enfrentamento das expressões da questão social pelas políticas públicas ou a manutenção delas?.....	17
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	20
REFERÊNCIAS.....	22

INTRODUÇÃO

Este artigo traz como cenário principal o espaço de trabalho, os avanços e desafios da caminhada profissional do Assistente Social, dividindo com o coletivo as particularidades, aprendizados e principalmente questionamentos que no cotidiano instigam os debates, mas que devido às demandas diárias dificilmente acontecem. Tendo em vista que o espaço acadêmico favorece tal condição, apresento nesse trabalho elementos analíticos a fim de fomentar o debate acerca da importância da experiência profissional, com foco nos profissionais que atuam na base da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), mais especificamente no espaço da Proteção Social Básica (PSB).

Neste cenário profissional, como trabalhadora das Políticas Sociais, na PSB do CRAS PIRASOL (Centro de Referência de Assistência Social Piraquara Solidária), pretendo relatar as dificuldades enfrentadas pela equipe técnica de referência que atua na base das políticas públicas, assim como os avanços alcançados devido a um processo de resistência das várias categorias profissionais.

Acredito na importância da experiência vivenciada enquanto base reflexiva para atuação de todo profissional, pois ainda que sejam notórios os avanços da Política de Assistência Social desde a Constituição de 1988, onde passa ser reconhecida como política pública de direito social, ainda há muito a ser construído para firmar a política de assistência como uma política pública de caráter continuado.

Sou assistente social e trabalho no Município de Piraquara - PR, o meu objeto de trabalho foi conhecido no município como “Piraquara Solidária”, esse local foi referência no município por conseguir centralizar a oferta de programas, projetos, serviços e benefícios para os cidadãos. Nesse espaço compartilhavam ações de políticas públicas setoriais como: CRAS, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), cursinho pré-vestibular, ginástica para a comunidade, curso de inclusão digital, curso de costura industrial básica, Tele Centro (parceria entre a Assistência Social e o Ministério de Comunicação), sede da Secretaria Executiva dos Conselhos, Programa Liberdade Assistida (atendimento para adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas), Banda Municipal, Capoeira, Rap-ki-Do (arte marcial), Coral entre outros.

O espaço Piraquara Solidária, inicialmente foi planejado e construído com recursos do Estado para ser um Hospital de Referência no Paraná, mas nunca foi inaugurado. Em 2005 o município de Piraquara firmou com o Estado um termo de concessão de uso do espaço por 20 anos. Assim, somado aos recursos municipais e federais todo o espaço que se encontrava destruído pelo longo período que esteve abandonado, foi reformado pelo município. Todo o planejamento foi idealizado e realizado pela equipe gestora da Secretaria Municipal de Assistência social, aprovado pelos conselhos municipais de assistência social e dos direitos das crianças e do adolescente, pois os recursos disponibilizados para a reforma desse espaço foram liberados pelo Fundo Municipal dos respectivos conselhos.

Em março de 2012, a equipe de trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) que atuam no CRAS e os advindos do Poder Executivo, teriam menos de três meses para viabilizar outro espaço físico para os serviços desenvolvidos, já que o local seria ocupado para a implantação do Batalhão da Polícia Militar, desconsiderando as ações ali desenvolvidas, após anos de atividades realizadas em benefício do usuário das Políticas Públicas Sociais. E, este acontecimento culminou no tema central desse trabalho.

A apropriação desse espaço tinha como objetivo principal oportunizar aos usuários a garantia do acesso aos serviços públicos, contribuindo com a acessibilidade para os usuários de todas as faixas etárias e suas vulnerabilidades, e principalmente propiciar o protagonismo e fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

Diante das perspectivas apontadas, a proposta de construção deste trabalho está distribuída em três capítulos e considerações finais. Iniciando pela apresentação da Política Nacional de Assistência Social, suas diretrizes e desafios. Seguindo pelo capítulo que situará o leitor quanto às particularidades deste espaço de atuação. Neste capítulo estão postos dados quantitativos da Secretaria Municipal de Assistência Social de Piraquara, que se apresentam para dimensionar a relação usuário x servidor, conforme os serviços prestados e as condições sugeridas ao desenvolvimento do trabalho.

No terceiro capítulo do artigo, apresento reflexões acerca da importância de da atuação profissional do Assistente Social e dos demais trabalhadores do SUAS, tendo como pressuposto que os movimentos necessários para vencer os desafios postos na implantação das políticas públicas se dão na valorização da experiência,

enquanto base reflexiva de possíveis ações mais amplas e efetivas, seja no âmbito das categorias profissionais ou fora delas. Finalizo, apresentando considerações acerca dos capítulos mencionados em relação aos meus avanços pessoais na análise da Questão Social, no que se refere às expressões vivenciadas no meu cotidiano profissional.

1. POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Assistência Social no Brasil vem em uma trajetória de avanços e conquistas no que se refere à efetivação dos direitos sociais, tendo como marcos históricos: a Constituição Federal de 1988 que a incluiu como política pública a proteção social, como dever do Estado e direito do cidadão, compondo o tripé da Seguridade Social (Saúde, Assistência e Previdência). No ano de 1993, quando a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) - Lei Federal nº 8742 foi promulgada e regulamentou artigos constitucionais.

Em 2004, pelo cumprimento das deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência Social, realizada no ano anterior e aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), é que surge a Política Nacional de Assistência Social. Incorporando as demandas da sociedade brasileira no que tange à responsabilidade política, a PNAS define um modelo de gestão e apresenta as diretrizes para efetivação da assistência social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado.

A PNAS está definida como uma política que junto com as políticas setoriais, considera as desigualdades sócio-territoriais, visando seu enfrentamento, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender à sociedade e à universalização dos direitos sociais. O público dessa política são os cidadãos e grupos que se encontram em situações de risco. Ela significa garantir a todos, que dela necessitarem, e sem contribuição prévia a provisão dessa proteção.

A Política Nacional de Assistência Social vem permitir a padronização, melhoria e ampliação dos serviços de assistência no país, respeitando as diferenças locais. E aliada ao SUAS que é um sistema público que organiza, de forma descentralizada, os serviços socioassistenciais no Brasil, formando o grande leque de referência das políticas voltadas à assistência social.

O SUAS organiza as ações da assistência social em dois tipos de proteção social. A primeira é a Proteção Social Básica, destinada à prevenção de riscos sociais e pessoais, por meio da oferta de programas, projetos, serviços e benefícios a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social. A segunda é a Proteção Social Especial, destinada a famílias e indivíduos que já se encontram em situação de risco e que tiveram seus direitos violados por ocorrência de abandono, maus-tratos, abuso sexual, uso de drogas, entre outros aspectos.

Com um modelo de gestão participativa, articula os esforços e recursos dos três níveis de governo para a execução e o financiamento da Política Nacional de Assistência Social, envolvendo diretamente as estruturas e marcos regulatórios nacionais, estaduais, municipais e do Distrito Federal. A PNAS está organizada em 03 (três) níveis de gestão: inicial, básica e plena. (PNAS, 2004).

Os municípios que pleiteiam junto ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o nível de gestão no qual pretendem se habilitar. A aprovação se dá após avaliação das comissões bi e tripartite.

Ressalta-se a importância dos trabalhadores sociais para a execução dessa política, sinalizada na PNAS e organizada pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único da Assistência Social (NOB/RH-SUAS), enquanto essenciais para a efetivação dos avanços nos processos de implantação nas três esferas de governo.

Nos parágrafos que seguem, situo o leitor em relação à realidade do município de Piraquara no que se refere à implantação do SUAS e da PNAS no âmbito municipal. Apresento uma breve descrição socioeconômica e sociocultural do município em questão, demonstrando o alto índice de vulnerabilidade sócio econômica, situações que justificam a necessidade de várias ações de cunho social visando oportunizar aos usuários da assistência social, alternativas de superação desta condição.

O município de Piraquara foi fundado em 29 de janeiro de 1890, conta com uma população de 93.279 habitantes, segundo dados do IBGE/Censo Demográfico de 2010, localiza-se na Região Metropolitana de Curitiba, a vinte e dois quilômetros da capital do Paraná. Detentor de uma grande área hidrográfica do estado é hoje o responsável por mais de cinquenta por cento (50%) do abastecimento de água da Grande Curitiba. Área de manancial se destaca pela existência de centenas de nascentes de importantes rios e bacias Com uma extensão territorial de 225,223 km abriga uma grande área de preservação ambiental o que dificulta o desenvolvimento de atividades industriais e de certos tipos de serviços.

O Produto Interno Bruto (PIB) anual per capita de R\$ 4.532, cerca de R\$ 377,00 mês, dados de 2008 e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,744 no ano 2000 (14º lugar entre os 29 municípios da Região Metropolitana de Curitiba), expressam ao menos quantitativamente as dificuldades que o município vem

enfrentando. Podemos ainda considerar o Índice IPARDES de Desenvolvimento Municipal (IPDM) de 0,6116 em 2008, pois também é um dos mais baixos da Região Metropolitana de Curitiba. O IPDM considera trabalho e renda, saúde e educação como sendo os três eixos principais de desempenho de gestão e ações públicas. Todas estas características, rápido crescimento demográfico, pouca industrialização, cidade dormitório, alto índice de desemprego, grande área municipal de reserva ecológica, impactam fortemente nas condições materiais de vida da população.

O potencial industrial do município é fortemente restringido devido as necessidade de preservação ambiental, precisando ainda de alternativas econômicas que possam suprir as necessidades dos munícipes. Aliado a isso está o baixo potencial de geração de emprego e renda e baixa arrecadação tributária, colocando o município entre as 100 cidades no Brasil com alta vulnerabilidade social por não conseguir manterem-se com a arrecadação municipal, dificultando o acesso ao emprego e demais condições de subsistência da população Piraquarense.

“Na constituição, Saúde, Previdência e Assistência Social, constituem a Seguridade Social do cidadão brasileiro”. A noção de seguridade supõe universalidade de cobertura no âmbito da Proteção Social. Supõe que os cidadãos tenham acesso a um conjunto de certezas e seguranças que cubram, reduzam ou previnam os riscos a as vulnerabilidades sociais. (SPOSATI 1995:24).

O município está habilitado na gestão plena, desde 2008. A habilitação dos municípios à condição de Gestão Plena depende do cumprimento de vários requisitos e implica responsabilidades e prerrogativas descritas na Política Nacional de Assistência Social. Para a efetivação da gestão e fortalecimento das ações socioassistenciais se faz necessário o participação da rede social do município, pois governo e sociedade civil tem responsabilidades com a comunidade, o modo de gestão Bipartite (poder público e sociedade civil), previsto na Constituição Federal de 1988, dividem as responsabilidades sociais e somam os resultados. Essa parceria possibilita a interação dos serviços que visam atender cada vez melhor aos nossos usuários, para oportunizá-los a ter o direito a novas possibilidades de escolha para superação de suas vulnerabilidades, sociais e econômicas.

Cabe ressaltar que para a execução das políticas públicas, usávamos o espaço Piraquara Solidária que sempre esteve disponível para execução de diversas ações coletivas, por ser um dos poucos espaços públicos no município com

salões e salas, comportando grande número de pessoas, para capacitações dos funcionários, ações dos conselhos de direitos, cinema para a família, confraternizações de grupos de trabalho, entre outros.

2. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PIRAQUARA

2.1 Os desafios no cotidiano profissional, a experiência no espaço Piraquara Solidária

Nesse capítulo apresento a minha caminhada profissional no município e contextualizo o objeto de trabalho desse artigo. Ou seja, os desafios frente à desconstrução do trabalho pelo Poder Executivo, mesmo diante de uma rede de serviços já efetivada e referenciada pelos usuários da Política de Assistência Social e também pela sociedade civil organizada.

A NOB-RH recomenda que o quadro de servidores seja composto por profissionais concursados, visando à continuidade das ações na esfera municipal, principalmente os técnicos de nível superior. Para o município de Piraquara esse fator é um dos grandes desafios, pois o quadro técnico está em constante rotatividade, sendo que o salário inicial ofertado aos profissionais está abaixo da média dos demais Municípios do Paraná, o que dificulta a continuidade das ações e interfere diretamente na qualidade dos serviços ofertados para a população.

Em setembro 2009 assumindo o cargo de Assistente Social no município, por meio de concurso público com lotação na Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS), exercendo a função de técnica, no CRAS Piraquara Solidária –

O CRAS é uma unidade pública estatal de base territorial, localizado em áreas de vulnerabilidade social, que abrange um total de até 5.000 famílias/ano. Executa serviços de proteção social básica, organiza e coordena a rede de serviços socioassistenciais locais da política de assistência social. Atua com famílias e indivíduos em seu contexto comunitário, visando à orientação e o convívio sociofamiliar e comunitário. Neste sentido é responsável pela oferta do Programa de Atenção Integral às Famílias (PAIF).

Na proteção básica, o trabalho com famílias deve considerar novas referências para a compreensão dos diferentes arranjos familiares, superando o reconhecimento de um modelo único baseado na família nuclear, e partindo do suposto de que são funções básicas das famílias: prover a proteção e a socialização dos seus membros; constituir-se como referências morais, de vínculos afetivos e sociais; de identidade grupal, além de ser mediadora das relações dos seus membros com outras instituições sociais e com o Estado. (LEGISLAÇÃO: DIREITOS DE CIDADANIA, 2004, P.590).

Já em janeiro de 2010, indicada para assumir a função de coordenadora desse CRAS, o primeiro desafio foi a organização dos serviços, como preconiza a Política de Assistência Social, priorizando a demanda que é público alvo dessa política, como beneficiários do programa de transferência de renda do governo federal - Programa Bolsa Família (PBF), Benefício de Prestação Continuada (BPC) e principalmente contribuir para que através das ações realizadas no CRAS fosse cumprida uma das suas atribuições, o protagonismo do usuário da Política da Assistência Social em sua própria história.

O CRAS Pirasol (nome fantasia) conta com equipe interdisciplinar para o desenvolvimento do trabalho. Sua habilitação junto ao MDS na gestão plena recomenda que os recursos humanos da assistência social, equipe técnica (assistentes sociais e psicólogos) e o quadro administrativo devem ser profissionais do quadro efetivo do município. Outra exigência da habilitação se refere adequação do espaço físico, para possibilitar o acesso ao atendimento para todas as pessoas que buscam os serviços no CRAS.

O território de abrangência do CRAS Pirasol atende a uma demanda diversificada: moradores da área urbana, rural e comunidade indígena. Para atender ao público referenciado, a equipe do CRAS organiza-se para prestar atendimento aos usuários que residem distante do equipamento social, realizando um trabalho de equipe itinerante, onde técnicos: Assistente Social, Psicóloga e Administrativo/Cadastrador do CAD-Único, se deslocam do CRAS três (03) vezes na semana.

A extensão do serviço que fica localizado no bairro Jardim Primavera, espaço cedido por uma instituição não governamental, onde a equipe do CRAS desenvolve as atividades de atendimento socioassistencial, inscrições em programas, projetos e serviços sociais, articulação com a rede local, serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para idosos e reunião de acolhida (objetivo da reunião apresentar os serviços e direitos sociais para a demanda atendida na Assistência Social).

Estes são os equipamentos sociais disponíveis no município de Piraquara em 2012 e suas respectivas competências para atender a demanda usuária da Política de Assistência Social, com as devidas equipes de trabalho conforme determinação da NOB/RH-SUAS.

O órgão gestor da Política de Assistência Social é executado no município de Piraquara pela Secretaria Municipal de Assistência Social que em consonância com a PNAS está dividida em duas proteções: Básica e Especial.

Proteção Social Básica: Centro de Referência de Assistência Social (CRAS Pirasol) - Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF; Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para pessoa idosa, crianças e adolescentes; Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas; Inscrição no Cadastro Único e inclusão nos programas de transferência de renda, Programa do Leite, entre outros; O Centro de Inclusão Social do Adolescente (CISA) - Serviço de Convivência e Fortalecimento dos Vínculos familiar e comunitário; Participação social e protagonismo juvenil; Centro Missionário - Serviço de contra turno escolar; Centro de Promoção Humana Rede Esperança - Qualificação profissional e geração de trabalho e renda; Encaminhamento para atendimento jurídico; Atendimento a situações de vulnerabilidade temporária; Atendimento a situações de calamidade pública.

Proteção Social Especial: Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) - Serviço de Proteção e atendimento especializado a famílias e indivíduos (PAEFI); Serviço especializado em abordagem social para pessoas em situação de rua; Medidas sócio Educativas em meio aberto; Serviço de Proteção Social Especial para crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosas e suas famílias; Fraternitas - Acolhimento de Idoso Institucional, Casa de Passagem - Acolhimento Institucional de crianças, adolescentes e mulheres.

Conforme relatei no início desse trabalho, em março de 2012 recebemos o comunicado do Poder Executivo que deveríamos iniciar a busca por um novo espaço para dar continuidade ao trabalho, pois o local onde estávamos seria devolvido para o Estado para ser a sede de um dos Batalhões da Polícia Militar, com a justificativa que a segurança foi uma promessa de campanha do executivo para a comunidade. A forma com que fomos comunicados causou grande indignação para a equipe, pois a população quer a ampliação dos serviços e não a substituição deles. Após três anos de um trabalho que já estava consolidado e referenciado pela demanda usuária da assistência social, com a estrutura física e humana adequada para o desenvolvimento de um trabalho com qualidade e efetividade, conforme pesquisa realizada pelo órgão gestor em 2011 onde os usuários, demonstravam seu grau de satisfação com os serviços e espaços oferecidos a eles.

Para a comunidade profissional e usuários do CRAS, a notícia inicialmente trouxe a sensação de segurança e certo conforto, por se tratar de uma reivindicação da própria população. No entanto, não percebemos aumento do efetivo de policiais no município, muito menos redução dos índices de violência, porque não acreditamos em ações de repressão e sim em trabalho preventivo.

Concordamos que a política de segurança se faz necessária desde que venha somar as demais políticas e não desarticular um trabalho que está estabelecido.

“Governança no seu significado, diz respeito à existência de mecanismos institucionais e informais que possibilitem e garantam um ambiente no qual ocorra o fortalecimento do poder local, dos processos de descentralização, a valorização dos movimentos comunitários, a promoção do associativismo, o “empoderamento” dos principais atores sociais, o desenvolvimento institucional e a democracia em rede”. (CAMARGO, 2005).

Contribui CAMARGO, ao enfatizar, as várias formas de participação e fortalecimento da democracia, onde os sujeitos devem sentir-se pertencentes às decisões tomadas no local onde vivem, trabalham, estudam e/ou residem. Os trabalhadores da política de assistência social e a demanda que nela se utiliza deveriam participar ativamente de todos os processos e decisões que os envolvam, visando reduzir essa imensa lacuna que existe entre a teoria e a prática e que possamos sim ser protagonistas e juntamente com quem está no poder ter a possibilidade de decidir o que é importante e se faz necessário que tenha continuidade nas políticas públicas e sociais.

Por sua vez, PATEMAN,(1992,p.61) também descreve sobre participação, percebo ser pertinente reforçar sobre o tema “participação dos sujeitos”, mencionada por vários autores e que sinalizo no meu trabalho por várias vezes, mas a ausência dela, nesse processo que vivemos no município. “No senso comum, há participação em qualquer situação onde aconteça um mínimo de interação”.

A principal função da participação na teoria da democracia participativa e educativa. Portanto, nesse modelo o produto não seria apenas as políticas, as decisões, mas também o desenvolvimento de capacidades sociais e políticas dos indivíduos envolvidos nesse processo. A participação promove e desenvolve as próprias qualidades que lhe são necessárias; quanto mais os indivíduos participam, melhor capacitados eles se tornam para fazê-lo. (PATEMAN, 1992, p. 61).

3. QUESTÃO SOCIAL E OS TRABALHADORES DO SUAS

3.1. Enfrentamento das expressões da Questão Social pelas políticas públicas ou a manutenção delas?

Desta forma, contextualizo a dificuldade de efetivar o trabalho social, pois nós trabalhadores sociais não somos vistos pelo poder político municipal como participantes do processo democrático. Não houve nesse caso, ou seja, no objeto do meu trabalho uma relação horizontalizada com a equipe e sim verticalizada, onde nem mesmos os organismos de controle social, como Conselhos de Direitos e nem o Ministério Público foram respeitados quando se manifestaram contra as decisões tomadas pelo Executivo e solicitaram justificativa sobre a “expulsão” dos profissionais e respectivamente dos serviços implantados no espaço Piraquara Solidária.

Não podemos de maneira alguma falar de implementação do SUAS , sem que mencionemos a gestão do trabalho como fundamental importância para a consolidação da Política de Assistência Social, que está legitimada através do artigo 2º da Resolução CNAS nº 269, de 13 de dezembro de 2006. Ou seja, o trabalhador social é de fundamental importância para essa organização, os municípios precisam investir, através de concursos públicos, para formar as equipes de trabalho para implantar e/ou implementar os serviços, programas e projetos dessa política .

Para que haja eficiência, eficácia e efetividade nas ações propostas nos Municípios é imprescindível a estruturação e valorização do trabalhador social. A valorização vai além da remuneração, trata-se de olhar para esses profissionais como sujeitos participantes do processo de construção da política, pois não queremos simplesmente fazer parte do número de profissionais que o MDS exige a essa ou aquela gestão. Precisamos nos tornar visíveis e respeitados perante os poderes públicos.

Questão Social apreendida como um conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade. (IAMAMOTO, 2004, p.27)

As demandas que emergem no cotidiano da Política da Assistência Social, na práxis profissional da equipe refletem novas expressões da questão social e nós trabalhadores também somos participantes e/ou integrantes dessas expressões. O que nos leva a realizar alguns questionamentos, qual o nosso papel enquanto equipes de referência dos equipamentos sociais? Nossas competências estão sendo respeitadas ou estamos sendo meros cumpridores de decisões que nos chegam verticalmente.

Diante desse quadro, os trabalhadores sociais (principalmente os assistentes sociais) do CRAS perceberam a perda da credibilidade junto à população atendida, pois ficou difícil debater e fomentar a “bandeira” da luta pelos direitos cidadãos. Como falar à população para reivindicar a efetivação da democracia, se nós não tivemos a oportunidade de expressão, para participar de tão importante decisão?

Já é sabido que mesmo depois de vinte anos passados da promulgação da Constituição Federal de 1988, nossa categoria, assim como a maioria da população já percebeu que a legislação é apenas um dos elementos necessários à garantia de Direitos Sociais, precisamos exercer ações com olhar mais humanizado, pois as Políticas Sociais são idealizadas para pessoas, família, grupos. Não podemos permitir a coisificação da vida e dos direitos, estou me referindo nesse contexto para a demanda da assistência social, como para os trabalhadores e executores dessa política.

Nesse parágrafo deixo minha indignação com o silêncio do poder Legislativo Municipal, que não se pronunciou com o absurdo que estava acontecendo na cidade. Sendo a Câmara de vereadores, uma “casa” de leis, o local onde deveríamos vivenciar a participação social, onde a democracia deveria estar explícita.

Coloco em “cheque” a organização interna do Estado, as relações entre os três poderes, o que nas palavras de Yamamoto podem ser entendidas enquanto uma:

“desarticulação das organizações reivindicatórias da classe trabalhadora, com sua momentânea exclusão da arena política, onde a questão social passa a ser tratada através da já conhecida articulação entre repressão e assistência” [...], ou seja, certa “como condição de preservação da “paz armada” imposta pelo poder”. (YAMAMOTO, 1992 p. 82)

Entendo que nós enquanto trabalhadores sociais, precisamos rever nosso papel de mediadores entre Estado e usuários, para ir além, para que sejamos protagonistas nas questões que nos envolvem, pois a experiência vivenciada no Piraquara Solidária nos colocou em desconforto vendo a continuidade do trabalho ameaçada, diante da subordinação frente ao poder.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Direitos sociais, participação e democracia ainda é uma correlação de forças, estamos no início dessa construção para que possamos efetivá-la. Em junho de 2012, após esses três meses de enfrentamento e frustrações, o equipamento CRAS, passou a realizar seus atendimentos em um espaço locado, tendo sua estrutura em uma residência, ou seja, com pouca acessibilidade, inviabilizando muitos dos trabalhos que desenvolvíamos. Além do custo, pois o município não dispõe de muitas alternativas de espaço para locação, e, nesse novo local não foi possível contemplar todas as atividades já estabelecidas, ainda estamos em diálogo com a rede socioassistencial para futuras parcerias e a inauguração de outros equipamentos que estão em fase finalização no município, tendo em vista que, temos equipamentos parados por falta de espaço físico e estrutura adequada. A demanda diária do CRAS reduziu notavelmente, apesar da divulgação do novo local de atendimento, ficamos um determinado período sem telefone e o número foi mudado, fatores que justificam também a ausência dos nossos usuários.

Para o desenvolvimento das atividades das demais políticas, houve a necessidade de locar novos espaços, o que ocasionou o aumento dos gastos públicos, considerando que nossa segundo o censo do IBGE nossa arrecadação é uma das menores do Estado. Enfim, pelo resultado de ações impensadas e não compartilhadas, os munícipes pagam o preço final, valores esses que poderiam ser utilizados para ampliação dos serviços. Onerar os cofres públicos é uma das formas de desrespeito para com os usuários e trabalhadores sociais. Quando os serviços públicos estão sendo ofertados em espaços locados estamos, saindo da lógica do referenciamento territorial da PNAS, porque não temos garantias do período de permanência nesse local, o que gera instabilidade nos trabalhos.

A equipe do CRAS teve redução, que se justifica pela nova estrutura física, no entanto o quadro técnico permanece o mesmo. Porém, a motivação não é a mesma, pois estamos reiniciando o trabalho, e às vezes, se fazem necessários momentos, para fortalecimento do grupo e continuidade do trabalho.

A política de assistência social está em um processo de construção, neste contexto temos muito a considerar, como o investimento em estrutura própria para a

execução dos serviços, evitando os desgastes do recomeçar, replanejar, readequar, seja para os usuários como para os trabalhadores sociais. Os serviços da assistência social são contínuos assim como: saúde e educação, por isso requerem com urgência espaços próprios para efetivação das ações.

Percebi nesse processo vivenciado em Piraquara, o quanto estamos desarticulados e enfraquecidos enquanto rede. Continuamos com a prática do “não é comigo” é cada serviço cuidando do seu, sem perceber que quando um trabalho social é desarticulado toda a rede perde força frente aos embates com o poder público, sendo assim, nos sentimos sozinhos nessa batalha. Devemos fomentar maneiras para esse fortalecimento no espaço do CRAS, onde me incluo com o dever repensar a nossa prática profissional e o nosso papel enquanto articuladores, buscando fortalecer a rede que aparentemente está fragmentada. Resignificar as nossas ações para que tenhamos políticas públicas eficazes e contínuas devem ser nossos desafio constante, assim poderemos fortalecer os espaço de execução de políticas públicas sociais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.html. Acesso em 13 de setembro de 2012.

BRASIL. LOAS (1993). **Lei Orgânica da Assistência Social**. Brasília, MPAS, Secretaria de Estado de Assistência Social, 1999.

CAMARGO, A. **Governança**. In: TRIGUEIRO, A. (Coord.). Meio ambiente no século 21.4.ed.Campinas:Armazém do Ipê (Autores Associados), 2005.

FAHEL, Murilo; NEVES, Jorge Alexandre Barbosa. **Gestão e avaliação de Políticas Sociais no Brasil**. Ed. PUC Minas Belo Horizonte, 2007.

GUEDES, Olegna de Souza. **Serviço Social e Políticas públicas: processo de trabalho e direitos sociais**. Ed. Universidade de Londrina. 2009.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social** (ensaios críticos. 7ª Ed. São Paulo: Cortez.1992.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação social**. 7ª Ed. São Paulo: Cortez, 2004.

KAUCHKJE, Samira. **Gestão Pública de Serviços Sociais**. Curitiba; Ibpex, 2007.

OLIVEIRA. Heloisa Maria José de. **Cultura Política e Assistência Social: uma análise das orientações de gestores estaduais**. São Paulo. Cortez. 2003.

_____. **O serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2001.

PATEMAN, C. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra,1992.

SEMERARO, Giovani. **Tornar-se “dirigente”**. O projeto de Gramsci no mundo globalizado. In: COUTINHO, Carlos Nelson, TEIXEIRA, Andréia de Paula. Ler Gramsci, entender a realidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SPOSATI, Aldaiza de Oliveira. **Os direitos (dos desassistidos) sociais**. 5ª Ed. São Paulo: Cortez: 2006.